



DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JOVEM: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE APRENDIZAGEM NO ESTADO DE SERGIPE NO BIÊNIO 2016-2017

João Vítor Pinto Santana¹
Karyna Batista Sposato²

RESUMO

O direito à profissionalização está inserido, tanto constitucional quanto infraconstitucionalmente, no sistema jurídico brasileiro. Trata-se de um direito humano de crucial relevância, principalmente em relação à juventude, tendo em vista a condição de vulnerabilidade deste segmento social. O presente estudo se propõe a analisar a questão da juventude, por meio do fator: trabalho, mais especificamente em relação à aprendizagem, que consiste em ser uma política pública de efetivação do direito fundamental à profissionalização nas etapas da adolescência e juventude. A análise tem por enfoque a política de aprendizagem no Estado de Sergipe, no biênio 2016-2017, com o objetivo específico de buscar verificar se esta política pública está, ou não, possuindo efetividade jurídico-social. Para tanto, em relação à metodologia, utiliza-se de pesquisa sóciojurídica, bibliográfica, documental e com abordagem qualitativa, tendo como variáveis os dados oficiais fornecidos pelos órgãos públicos e organismos internacionais. No tocante ao referencial teórico para fomentar a referida análise, busca-se estabelecer um diálogo entre a reflexão que envolve a *Era Dos Direitos* e a *Teoria Do Garantismo Jurídico* por meio de um corte epistemológico proporcionado a partir da concepção de juventude de *Pierre Bourdieu*. A importância desta análise reside, dentre outros aspectos, na verificação das políticas públicas voltadas ao primeiro emprego e à capacitação profissional da população jovem no país.

Palavras-chave: Política Pública. Aprendizagem. Profissionalização.

¹ Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE. E-mail: j.victorsantana@hotmail.com.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Atua como Consultora do UNICEF (Fundo das Nações Unidas pela Infância) em matéria de justiça da infância e juventude. E-mail: karyna.sposato@gmail.com.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o desemprego entre os jovens tem alcançado altos índices, sendo esta realidade potencializada nos países em condição de desenvolvimento econômico, como é o caso do Brasil (OIT, 2013; 2017).

O panorama apresentado pela tendência mundial de empregos da juventude, indica que, em 2017, aproximadamente 70,9 (setenta vírgula nove) milhões de jovens estão desempregados no Mundo (OIT, 2017).

Essa realidade de desemprego está obrigando os jovens a aceitarem condições laborais precárias, temporárias e informais³. Este cenário de desemprego e falta de condições para o ingresso no mercado de trabalho se agrava diante da globalização⁴ e da interferência da automação tecnológica (OIT, 2013; 2017).

No Brasil, infelizmente, a evolução do desemprego entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre do ano de 2017, entre os indivíduos de faixa mais jovens, de 14 (quatorze) a 24(vinte e quatro) anos (representação populacional com alta probabilidade de inserção à legislação de aprendizagem), a taxa de desemprego alterou-se de 26,5% (vinte e seis vírgula cinco por cento), em 2016, para 30,4% (trinta vírgula quatro por cento), em 2017 (IPEA, 2017).

Se por um lado, os jovens estão sendo cada vez mais afetados pelos impactos de crises financeiras na seara laboral⁵, pois estes sujeitos sociais possuem mais dificuldade de conseguir emprego e mais chances de serem demitidos.

³ A informalidade causas significativos impactos, tanto para os jovens trabalhadores, tendo em vista a ausência dos direitos fundamentais básicos, quanto para o Estado, considerando-se a ausência da arrecadação tributária relacionada ao trabalho (BUSSINGUER, 2010, p. 60-62).

⁴ Em relação aos impactos da globalização na democracia substancial, ver Ferrajoli (2011). No tocante aos impactos da globalização e universalização de direitos na seara trabalhista, ver (DELGADO e DELGADO, 2017a).

⁵ Além destas crises financeiras, a exemplo da atual conjuntura política brasileira, que fomenta o debate em benefício à flexibilização de direitos, verifica-se que, atualmente, há uma crise político-institucional, na medida em que o liberalismo econômico se torna um dos principais aliados da regulação de mercado e, conseqüentemente, trabalhistas. Compreender tal contexto, por meio de uma visão científica, é crucial para poder discutir temas como: efetividade e garantia de direitos contemporaneamente.

(LAMEIRAS e CARVALHO, 2017). Por outro, nota-se que a grande maioria dos jovens associa o trabalho à condição de necessidade⁶.

Com base nessa realidade, é possível constatar uma nítida vulnerabilidade⁷ da juventude e, também, é perceptível a dificuldade de transição dos jovens para o mercado de trabalho com condições de laborais decentes e salubres. (OIT, 2017).

Assim, entende-se que o fomento à educação atrelado ao estímulo a profissionalização, consiste em ser a melhor alternativa para enfrentar essa realidade. Nessa perspectiva, a aprendizagem evidencia-se como uma política pública ativa⁸ que visa a efetivação do direito fundamental à profissionalização digna da juventude, pois há evidências indicando que “atrelar trabalho e estudo reduz substancialmente o tempo de transição da escola para o trabalho” (OIT, 2017, p. 3).⁹

Assim, partindo-se da premissa de que “uma das funções do olhar sociológico é destinar atenção a temas como violência e juventude (BOURDIEU, 2003, p. 10), bem como sustentando-se no entendimento de que a temática “juventude” envolve mecanismos – jurídicos, políticos e sociais interconectados – que impactam diretamente na sociedade, não somente no desenvolvimento econômico, mas também em questões como: educação, violência e segurança pública. (SPOSATO, 2010, p. 179-187), este presente artigo pretende desbravar esse cenário de invisibilidade que envolve o tema entorno da tríade: profissionalização, vulnerabilidade e efetividade, tendo como proposta analisar a questão da juventude, por meio da concepção do fator: trabalho, mais especificamente em relação à política de aprendizagem.

⁶ Segundo o Perfil da juventude brasileira, apresentado pelo Instituto Cidadania, em 2003, aproximadamente 64% dos jovens associam o trabalho à condição de necessidade. (INSTITUTO CIDADANIA, 2003).

⁷ No sentido de compreender a vulnerabilidade como proteção das condições essenciais à pessoa humana, por meio de concepção de valores cogentes, materializando um novo paradigma na de interpretação normativa, remete-se às considerações, sustentadas por Santana e Oliveira (2016), sobre constitucionalização do direito privado e os reflexos na concretização dos direitos fundamentais.

⁸ A diferenciação técnica entre política pública ativa e passiva não é o objeto do presente artigo. Entretanto, com o escopo de contextualizar a terminologia, remete-se a leitura para os seguintes posicionamentos: Bussinguer (2010), Sá e Gracioli (2014) e Keller (2016).

⁹ Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, a duração média da referida transição para o trabalho, em 21 países, de jovens que combinam trabalho e estudo, é de 1,9 (um vírgula nove) meses em comparação com o tempo de 20,1 (vinte vírgula um) meses para os jovens que não realizam atividades laborais atreladas ao estudo (OIT, 2017, p. 3). Este dado deve ser compreendido com cautela, na medida em que a atividade de trabalho exercida pelo jovem, para proporcionar capacitação, deve estar de acordo com a condição peculiar de desenvolvimento desses indivíduos em formação psicológica, cognitiva e física. Ou seja, noutras palavras: não é qualquer atividade laboral que fomenta a inserção no ambiente de trabalho.

Entretanto, apesar de se configurar como uma importante política pública de combate ao desemprego juvenil e ao trabalho infantil, a aprendizagem ainda não se verifica com a devida efetividade¹⁰, na medida em que “apenas 1,5% dos estabelecimentos [empresariais] empregam a quantidade de aprendizes em conformidade com o mínimo requerido pela Lei do Aprendiz” (COURSEUIL, FOGUEL e GONZAGA, 2016, p. 10).

Assim, nota-se uma lacuna, tanto em âmbito prático quanto em âmbito acadêmico, em relação à seguinte problematização: Considerando-se que a aprendizagem é uma salutar política pública de inserção do jovem ao mercado de trabalho, por qual razão, a inserção de jovens aprendizes ainda é inexpressiva?

O presente artigo, partindo dessa inquietação, busca solucionar os seguintes questionamentos: No Estado de Sergipe, a política pública de aprendizagem está possuindo efetividade jurídico-social? Quais as alternativas teóricas para potencializar tal efetividade?

No tocante ao referencial teórico, buscar-se-á estabelecer um diálogo entre a reflexão que envolve a *Era Dos Direitos* (BOBBIO, 2004) e a *Teoria Do Garantismo Jurídico* (FERRAJOLI, 2008; 2011b; 2002; 2011; 2011a), por meio de um corte epistemológico proporcionado a partir da concepção de juventude de Pierre Bourdieu (2003).

Em relação à metodologia, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, documental e com abordagem qualitativa, tendo como escopo analisar os dados oficiais fornecidos pelos órgãos públicos e organismos internacionais, por meio de literatura especializada em relação à política pública, efetividade de direitos e direitos fundamentais. Para tanto, adota-se a pesquisa sóciojurídica¹¹ (MADEIRA e ENGELMANN, 2013; OLIVEIRA, 2015) como parâmetro para sustentar a análise da política pública de aprendizagem, no Estado de Sergipe, no biênio 2016-2017.

O referido corte científico, em relação ao lapso temporal, adotado no presente estudo justifica-se por duas razões. Primeiro, pelo fato de ser o lapso temporal mais recente, o que demonstra a relevância do trabalho, tendo em vista a pertinência

¹⁰ Por efetividade, entende-se a concretização da previsão normativa no mundo fático. Nessa perspectiva, adota-se a compreensão que a efetividade dos direitos fundamentais (no presente estudo, o direito à profissionalização) depende da observação das garantias (FERRAJOLI, 2011, p. 100; p. 115)

¹¹ A referida abordagem metodológica, qual seja: pesquisa sóciojurídica, será desenvolvida no item 2, ao refletir sobre a inclusão-exclusiva proporcionada pela política pública de aprendizagem.

social da matéria e atualidade temporal da reflexão doutrinária. E, segundo, justifica-se também pelo fato de serem os períodos que indicaram, em âmbito nacional, uma diminuição do quantitativo de inserção de jovens no mercado de trabalho brasileiro.

Ademais, salienta-se a relevância do presente estudo, em virtude de dois aspectos: primeiramente, pelo fato da problematização e da proposta serem inéditas e inovadoras, pois proporcionam um diálogo convergente entre teorias jurídicas e reflexões sociológicas; e, em seguinte, pelo fato de pretender e estimular a valorização do conhecimento científico relacionado à realidade local (SANTOS, 2008; 1999) brasileira e, mais especificamente, sergipana.

1. JUVENTUDE(S): DIFERENTES FACETAS DE UM MESMO FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO E HETEROGÊNEO

Considerar o jovem como sujeito social (DAYRELL, 2007), heterogêneo, diverso, múltiplo e variante, é reconhecer a sua ampla e complexa dimensão social. (SPOSATO, 2010).

Sob uma concepção jurídica, tem-se que, segundo o Estatuto da Juventude, (Lei nº 12.852) são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Entretanto, mais do que indagar quem é o jovem, ou seja: conceituá-lo e/ou defini-lo, cabe questionar e refletir sobre as representações sociais que comumente é possível fazer destes sujeitos sociais.

De outra parte, falar de juventudes no plural implica justamente reconhecer que a condição de jovem é válida para todos os grupos sociais, com diferenças e desigualdades que interagem na forma como se vive e experimenta tal condição. Pensar a juventude no singular implicaria necessariamente negar as diversificadas situações juvenis, ou seja, os diversos recortes referidos às diferenças sociais de classe, gênero, etnia, etc. (ABRAMO, 2005).

Santos (1999) adverte-nos também em um de seus escritos “A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença”, que na modernidade, Desigualdade e Exclusão têm significados totalmente distintos do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Tais conceitos são de extrema utilidade quando pensamos a adolescência e a juventude, seu lugar social, e seus direitos.

Para Boaventura de Sousa Santos (1999), quando o paradigma da modernidade converge e se reduz ao desenvolvimento capitalista, as sociedades modernas passam a viver da contradição entre os princípios da emancipação, que apontam para a igualdade e a integração social e os princípios da regulação que passam a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista (SILVA; SPOSATO, 2016).

Assim, segundo Boaventura de Sousa Santos (1999), a desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertencimento hierarquizados. No sistema da desigualdade, o pertencimento se dá pela integração subordinada, enquanto no sistema de exclusão o “pertencimento” ao sistema tem o nome de exclusão propriamente dito. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está por baixo está presente, está dentro e sua presença é indispensável.

Ao contrário, a exclusão se assenta num sistema igualmente hierárquico mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está por baixo está fora. Na desigualdade a relação é de subordinação, submissão, já na exclusão a relação é de expulsão (SILVA; SPOSATO, 2016).

Deste modo, se pode facilmente perceber que a exclusão opera na vida dos jovens brasileiros privações de carácter estrutural, e na forma de abandono social se revela na omissão das políticas públicas, na homogeneização da percepção oficial da juventude que se caracteriza pela debilidade no enfoque de gênero, cultura, etnia, residência rural e estrato econômico e por consequência, na inexistência de oportunidades efetivas de inclusão social (SILVA; SPOSATO, 2016).

Amartya Sen (2010), Prêmio Nobel de Economia 1998, trabalha com o conceito de capacidade como igualdade de oportunidades, destacando a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar as suas vidas. Sua contribuição no século XX é inquestionável, sobretudo ao tratar das questões do desenvolvimento. Seu enfoque está concentrado naquilo que a pessoa pode ser ou fazer (opções) e naquilo que efetivamente chega a realizar. Portanto supera a visão economicista em nome de um desenvolvimento fundado na pessoa e não mais nos bens materiais.

A construção do desenvolvimento, por sua vez, exige que as instituições formais e não formais sejam adequadamente consideradas, pois em realidade as

instituições entendidas como formais (constituições, leis, regulações, procedimentos, etc) ou não (valores, normas ou pautas) são as regras do jogo (SEN, 2010).

Assim, uma boa institucionalidade contribui para o desenvolvimento entendido como liberdade e como eliminação de todas as anti-liberdades (pobreza, negação de direitos, desemprego, dentre outras).¹²

Da combinação destas perspectivas se pode conceber a democracia e o desenvolvimento respectivamente, como as dimensões política e socioeconômica da própria liberdade.

Assim, as iniquidades e os desafios vividos pelos jovens para o exercício de suas capacidades e direitos em contextos de dificuldades econômicas, sociais e barreiras culturais parecem convergir para um reducionismo terrorífico dos temas relacionados à juventude aos temas da violência, insegurança urbana e dificuldade de empregabilidade.

Dito de outro modo, seria o mesmo que afirmar que os jovens somente são pensados, descritos e lembrados como potenciais transgressores ou infratores. Este reducionismo temático pode ser lido e compreendido como um processo de invisibilização da própria juventude, em suas peculiaridades e potencialidades (SILVA; SPOSATO, 2016).

Para melhor explicitar os processos de invisibilização de jovens brasileiros e os estereótipos dominantes destes grupos, em primeiro lugar devemos ter presente que a juventude é uma idade social, por isso como sugere Rossana Reguillo Cruz (2003, p.49-50), as relações entre a idade biológica e a idade social são muito complexas e não se pode falar dos jovens como uma unidade social, ou seja, de forma essencialista segundo a idade definida biologicamente.

Melhor é adotar uma perspectiva que reconheça a constante negociação/tensão entre a categoria sociocultural determinada pela sociedade particular e a atualização subjetiva que os sujeitos concretos levam a cabo para a interiorização dos esquemas culturais vigentes.

Portanto, a juventude como categoria social conforma um espaço simbólico de distinção do resto da sociedade, com caráter histórico associado a certas

¹² Para estimular a reflexão, remete-se à compreensão garantista, proporcionada por Ferrajoli (2011), em relação à *esfera pública*, bem como acerca da dimensão da esfera do *indecidível* e esfera do *decidível*, que tratam-se de conceitos relacionados às funções e às *instituições de governo* e *instituições de garantia*. (FERRAJOLI, 2011, p. 113-122).

condicionantes do desenvolvimento das relações sociais e de produção. Além disso, a juventude, consistiu-se como “parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um, [...] mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma” (DAYRELL, 2007, p. 158).

Nessa perspectiva, para compreender as diversas facetas de um fenômeno social completo e heterogêneo, como é a juventude, é importante reconhecer o direito fundamental à profissionalização a partir de uma (des)conexão sóciojurídica, por meio da perspectiva de Pierre Bourdieu (2003).

2. DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DO JOVEM: UMA POSSÍVEL (DES)CONEXÃO SÓCIOJURÍDICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JUVENTUDE EM PIERRE BOURDIEU

A crescente preocupação com a profissionalização da juventude é uma realidade que se faz necessária no atual contexto social do Brasil, pois desde o ano de 2010 discute-se a inserção digna e ativa no mundo do trabalho, por meio do diálogo social entre juventude, trabalho e educação, como prioridades, conforme a orientação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ABRAMO, 2014).

Em relação à proteção e previsão do direito à profissionalização, verifica-se que a Constituição Federal de 1988 conferiu a proteção integral ao jovem, através da previsão normativa do seu artigo 227, após a alteração proporcionada pela Emenda Constitucional nº 65 de 2010.

Esta mencionada Emenda Constitucional nº 65/2010, além de inserir a categoria social “jovem” ao lado de outros grupos vulneráveis, como por exemplo a criança e o adolescente, estabeleceu a criação do Estatuto da Juventude, com o objetivo de proporcionar uma legislação infraconstitucional destinada à regulação dos direitos dos jovens. Ademais, a referida Emenda também previu a criação do Plano Nacional de Juventude, com a pretensão de gerar uma articulação do poder público e da sociedade, para a execução de políticas públicas destinadas à juventude.

Entretanto, apesar da proteção constitucional dos jovens consistir em um notório avanço na garantia de direitos de um segmento social, nota-se que, em relação à esta referida Emenda Constitucional 65/2010, surgiram algumas críticas doutrinárias.

A primeira no sentido de desnecessidade de uma alteração constitucional (SILVA, 2012, p. 854), com a fundamentação de que estaria fomentando-se uma constitucionalização simbólica ou, até mesmo, uma espécie de *hiperconstitucionalização*¹³ de direitos, tendo em vista que:

[...] não era preciso mudar a Constituição para nada disso. Razão, portanto, sobrava o Dep. Arnaldo Madeira quando na discussão da matéria observou: “Fico me perguntando qual é o efeito de colocarmos na Constituição a palavra ‘jovem’ ou fazermos uma determinação de que precisa ser elaborado o Estatuto da Juventude, e o Plano Nacional da Juventude. Não é necessário alterar a Constituição para fazer um plano nacional ou um estatuto. Permanecemos como a nossa cultura de colocar tudo na Constituição e ampliá-la cada vez mais. Achamos que o que não está na Constituição não vale” (SILVA, 2012, p. 854).

A segunda crítica, conforme destacado por Romão (2016, p. 93), se sustenta em relação à possível fragilidade ao princípio da proteção integral que poderia ser causada com a inserção do jovem na mesma categoria das crianças e adolescentes.

Percebe-se que não há razão para sustentar uma possível hiperconstitucionalização de direitos, visto que a referida alteração constitucional não se caracteriza como uma constitucionalização simbólica (NEVES, 1994), na medida em que a norma possui concretização e eficácias¹⁴ jurídicas.

Ademais, em relação à inserção do jovem ao texto constitucional, não há que se falar em ameaça à condição peculiar de desenvolvimento, muitos menos em possível incentivo à fragilização do princípio da proteção integral destinado às crianças e adolescentes, na medida em que não são direitos colidentes e não há a confrontação entre as garantias, na medida em que, o que existe, na verdade, é uma

¹³ Expressão utilizada, neste estudo, com a pretensão de referir-se a um excesso de alterações constitucionais. Realidade que possivelmente pode proporcionar um inchaço constitucional e uma consequente inefetividade de direitos. Em que pese a utilização da terminologia, entende-se que não trata-se da realidade do Brasil atualmente.

¹⁴ A utilização do termo “eficácia”, no plural, reside no fato de que existe a distinção entre “eficácia no sentido técnico jurídico da eficácia no sentido sociológico. A primeira refere-se à possibilidade jurídica de aplicação da norma, ou melhor à sua aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade. A pergunta que se põe é, nesse caso, se a norma preencheu as condições intra-sistêmicas para produzir os seus efeitos jurídicos específicos. No sentido empírico, real ou sociológico – acolhido, no entanto, na ‘teoria pura do direito’ – a eficácia diz respeito à conformidade das condutas à norma. A pergunta que se coloca é, então, se a norma foi realmente observada, aplicada, executada (imposta) ou usada” (NEVES, 1994, p. 42).

complementariedade do amparo de proteção, pois o que se verifica é a ampliação do espectro de incidência da proteção integral, já prevista constitucionalmente para outros grupos sociais. Assim, não há como se cogitar de possível fragilidade a nenhuma categoria jurídica.

Tanto é que o Estatuto da juventude, em seu artigo 1º, § 2º, afasta qualquer hipótese de fragilidade, principalmente para os indivíduos com a faixa etária de transição, ou seja: 15 (quinze) anos até 18 (dezoito) anos, na medida em que este grupo além de jovem, é adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, motivo pelo qual aplica-se esta legislação. Assim, em virtude dessa condição peculiar dos jovens entre 15 (quinze) anos até 18 (dezoito) anos, somente se aplica as regras do Estatuto da Juventude de forma excepcional, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. Ou seja, não há razão para se falar em fragilidade ao princípio da proteção, pois todas as garantias permanecem à luz do ECA.

Em que pese essa divergência de entendimentos sóciojurídicos, entre a necessidade, ou não, de alteração constitucional para inserção da expressão “jovem” no texto constitucional, o fato é que, atualmente, este grupo vulnerável encontra-se amparado não somente pela legislação infraconstitucional, mas também pelo ordenamento constitucional brasileiro.

E justamente por estar amparado no texto constitucional é que torna-se possível realizar a presente reflexão à luz do garantismo jurídico, haja vista que a Constituição Federal de 1988 possui uma rigidez estrutural, que é necessária à concepção da democracia substancial (FERRAJOLI, 2008).

No âmbito constitucional, o direito à profissionalização está inserido, no artigo 7º, inciso XXXIII, ao estabelecer a vedação de trabalho aos menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade.

Com a constitucionalização do direito¹⁵, portanto, a relação de aprendizagem passou a ter notória e indiscutível natureza jurídica empregatícia¹⁶, o que evidencia,

¹⁵ Para compreender melhor esse fenômeno jurídico, remete-se a leitura para: Sposato (2015.; 2014), bem como para: Santana e Oliveira (2016), na medida em que estes autores contextualizam a constitucionalização do direito tanto com a realidade infanto-juvenil quanto com a seara trabalhista.

¹⁶ Para observar essa alteração interpretativa do instituto da aprendizagem, é interessante observar a determinação do artigo 62 das Disposições Constitucionais Transitórias, juntamente com a legislação

portanto, a existência de um contrato de trabalho e a incidência das normas cogentes de proteção à atividade laboral, que, inclusive, são potencializadas diante da vulnerabilidade do jovem carente. Noutras palavras, com a constitucionalização do direito fundamental à profissionalização o aprendiz é sujeito de direitos com garantia de proteção ao trabalho com dignidade.

Infraconstitucionalmente, no sistema jurídico brasileiro, a profissionalização está elencada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas legislações esparsas.

Através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nota-se a previsão de uma natureza jurídica especial ao de contrato de trabalho, com prazo determinado e faixa etária pré-estabelecida ao público-alvo desta modalidade contratual, exigibilidade de uma formação técnico-profissional metódica e efetivo respeito à condição peculiar de desenvolvimento (físico, moral e psicossocial) do jovem aprendiz.

No ECA¹⁷ evidencia-se tal direito do artigo 60 até o artigo 69, sendo possível constatar a preocupação do ordenamento jurídico com a qualificação profissional satisfatória, que atenda à escolaridade e a capacidade humana e construtiva do jovem em desenvolvimento.

Com isso, apesar de reconhecer que não existe hierarquia¹⁸ entre os métodos de interpretação normativa (BASTOS, 2014), entende-se que, em casos onde a legislação encontra-se espalhada no ordenamento jurídico (como o que se verifica com o instituto da aprendizagem, que está na CF/88, na CLT e no ECA, além de outras legislações esparsas) é importante que haja uma harmonização exegética da interpretação relacionada à proteção da profissionalização, devendo, portanto, serem analisadas de forma conjunta e complementar, procurando “combinar todos

atual referente à relação de aprendizagem. Antes da CF/88, havia discussão acerca da natureza jurídica da aprendizagem (DELGADO, 2014).

¹⁷ Por não se tratar de um estudo meramente dogmático, o presente artigo não pretende esgotar e a análise de cada um dos artigos relacionados à temática, tendo em vista que a proposta apresentada neste trabalho é busca analisar o instituto da aprendizagem à luz de uma pesquisa sóciojurídica.

¹⁸ Ao contrário do que sustenta Celso Ribeiro Bastos (2014), que sustenta a inexistência de hierarquia entre os métodos de interpretação, salienta-se que existem doutrinadores que não somente entendem a existência de uma hierarquia, a exemplo de Carlos Maximiliano (2011), como sustentam a importância superior da interpretação lógica em face da interpretação gramatical. Diante de tal divergência, destaca-se que o presente estudo se alinha ao entendimento de que não existe superioridade entre as formas de interpretação normativa, na medida em que, o que se visualiza é, nada mais, do que uma diversidade de formas para operacionalizar a interpretação da legislação.

os termos que compõem a lei de molde a alcançar uma compatibilidade, ou seja, uma conexão perfeita entre eles através do emprego de raciocínio lógicos” (BASTOS, 2014, p. 43), com o escopo de buscar a concretização da tutela desse direito fundamental. Torna-se, portanto, basilar a existência de uma interpretação teleológica e sistemática (BASTOS, 2014, p. 42-43), visando não somente a finalidade da lei, mas também uma interpretação conjunta com as demais previsões normativas.

Esse pensamento é logicamente concebível justamente pelo fato do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude serem legislações que se completam (ROMÃO, 2016, p. 95), e dialogam entre si tanto de forma exegética quanto de forma garantista, a exemplo da grande conexão entre os institutos jurídicos e princípios norteadores.

Analisando sob essa análise sistemática, nota-se que o direito à profissionalização trata-se de um direito fundamental de crucial relevância na atualidade, principalmente em relação à juventude, tendo em vista a condição de vulnerabilidade deste segmento social, que representa o reconhecimento da condição de sujeito de direito, bem como proporciona a proteção à peculiaridade inerente ao indivíduo em grau de insuficiente qualificação para satisfatória inserção no mercado de trabalho.

Esse reconhecimento e proteção aos jovens é uma evidente consequência das influências interpretativas proporcionadas pelas Constituições democráticas modernas (BOBBIO, 2004, p. 1).

A política pública de aprendizagem, medida destinada à profissionalização do adolescente e jovem, com o escopo de materializar o combate ao trabalho infantil, determina a idade mínima de 14 (quatorze) anos para o exercício da experiência laboral, bem como estabelece que a idade limite de faixa etária máxima permitida é de 24 (vinte e quatro anos), exceto na condição de pessoa com deficiência.

Diante disso, nota-se que o ordenamento jurídico estabelece tais limitações com o critério meramente objetivo, baseando-se na idade dos indivíduos, conforme já mencionada a delimitação etária prevista no Estatuto da Juventude.

Acontece que “as classificações por idade equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (BOURDIEU, 2003, p. 152). Nesse contexto, torna-se interessante

questionar se existe, ou não, uma possível (des)conexão sóciojurídica entre a perspectiva de juventude e a previsão do direito fundamental à profissionalização do jovem, sob a ótica de Pierre Bourdieu (2003), na medida em que “os cortes em classes de idade, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações” (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Assim, se Bourdieu (2003) parte da premissa de que é importante compreender que as divisões entre as idades são arbitrárias, torna-se primordial observar que “a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta” (BOURDIEU, 2003, p. 151). Com isso, é perceptível que há uma busca social – e inclusive por meio de mobilização institucionalizada dos segmentos sociais pertinentes – tanto pela definição quanto pela proteção de direitos e políticas públicas à juventude, na medida em que:

“[...] os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor” (BOBBIO, 2004).

Verificando-se esse contexto de uma luta por reconhecimento, que se torna importante à juventude laboral vulnerável, na medida em que fomenta a autonomia e a intersubjetividade dos indivíduos (HONNETH, 2003) em formação profissional em desenvolvimento, é possível notar que Pierre Bourdieu (2003) explicita a complexidade que envolve a juventude, pois “por meio de um formidável abuso de linguagem que se subsume no mesmo conceito universos sociais que praticamente nada tem em comum” (BOURDIEU, 2003, p. 153).

Por se caracterizar como um verdadeiro risco, não somente à luz da Sociologia, mas também do ordenamento jurídico, é preciso que seja considerado que há diferentes juventudes. Nesse sentido, Bourdieu (2003) sustenta a presença de duas juventudes, que materializam a concessão de dois espaços de destinação aos jovens.

Bourdieu (2003) exemplifica essa situação com a diferença entre as posições sociais verificadas entre o jovem burguês e o jovem proletário. Ou seja, é de clareza solar que as divergências entre os dois extremos de condições, muito provavelmente

pode proporcionar respostas sociais e pretensões diferentes de mobilização social e, até mesmo, de profissionalização.

Para corroborar a existência de diferentes juventudes, Bourdieu (2003) sustenta que a “[...] idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 2003, p. 153). Assim, constitui-se uma verdadeira manipulação, o fato de compreender o jovem “[...] como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente” ” (BOURDIEU, 2003, p. 153), e é exatamente essa a perspectiva proporcionada pelo Direito, ao limitar a juventude à critérios objetivos.

Somente adotando-se essa concepção de existência de dois espaços diferentes de juventude (dois segmentos que, apesar de nomenclaturas iguais, não se conectam, haja vista as divergências estruturais sociais peculiares) é que se pode buscar uma efetividade ao direito fundamental à profissionalização do jovem. E entende-se que essa busca, somente conquista máxima efetividade sendo compreendida à luz da teoria do garantismo jurídico (FERRAJOLI, 2008), pois centraliza-se na pessoa humana e nos direitos fundamentais como pilares para a concretização do direito à profissionalização, por meio da aprendizagem.

A teorização de Bourdieu (2003) sobre a juventude é pertinente, visto que possibilita a compreensão da finalidade social da política pública ativa de inserção juvenil ao emprego. Ou seja, o programa de aprendizagem está sendo destinado à inclusão social efetiva? É uma reflexão necessária não somente ao universo jurídico, mas de fundamental importância para a sociedade.

3. PROGRAMA DE APRENDIZAGEM: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO EXCLUDENTE?

É possível verificar uma relação sóciojurídica de aproximação entre os temas de segurança pública/violência, inclusão/exclusão social, cidadania, vulnerabilidade (sóciojurídica) e efetividade de direitos. São contextos que se interligam e

proporcionam um debate em diversas áreas do conhecimento, a exemplo do Direito, Sociologia e Economia.¹⁹

Por esse motivo, é pertinente adotar a pesquisa sociojurídica, pois esta trata-se de uma alternativa que a ciência jurídica possui para evitar a permanência da teorização da dogmática jurídica, por meio de abstrações, sem a devida conexão epistemológica com a realidade social. E a relevância da pesquisa sóciojurídica é potencializada quando o conhecimento é destinado à localidade e a países de condição social de desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Por pesquisa sóciojurídica, entende-se que consiste em ser “um modelo fronteiro entre a pesquisa jurídica *stricto sensu* e a pesquisa sociológica *lato sensu*” (OLIVEIRA, 2015, p. 169), que possui uma “natureza sociológica, de base empírica, tendo o direito por objeto” (OLIVEIRA, 2015, p. 169-170), na medida que visa analisar o contexto do ordenamento jurídico na realidade social.

Sendo adotada a concepção de que efetividade do direito é a potencialidade da norma jurídica realizar alteração na realidade fática, é possível compreender que a pesquisa sóciojurídica trata-se de uma abordagem metodológica que viabiliza o estudo acerca da efetividade do direito.

Considerando-se essa conexão entre a realidade e o ordenamento jurídico, é preciso suscitar o seguinte questionamento: A aprendizagem profissional da juventude, na realidade, trata-se de uma política pública de inclusão excludente?

Por políticas públicas, entende-se que são “[...] a maneira de implementar direitos fundamentais; são métodos concretizadores das importantes garantias mínimas asseguradas constitucionalmente” (BUSSINGUER, 2010, p. 53) e, com isso, visam transformar a realidade social de forma positiva.

À luz de uma interpretação jurídica, a política pública possui a pretensão de caráter inclusivo²⁰. Em outras palavras, a política pública busca ser um instrumento

¹⁹ A justificativa e importância para a área do Direito e da Sociologia já se encontram inseridas no presente estudo, conforme já salientado até pelo fato de provocar a discussão por intermédio de bases teóricas exatamente destas áreas do conhecimento. A ressalva que se faz necessária é em relação à área da Economia, pois entende-se que os mencionados contextos impactam na economia tanto pelo fato de ser parâmetros para o desenvolvimento econômico de uma sociedade como pelo fato de serem fatores que influenciam diretamente na caracterização de diferentes juventudes, com oportunidades e contextos sociais e econômicos diversos.

²⁰ Antônio dos Santos Pinheiro (2016), sustentando a possibilidade do esporte também ser uma tanto uma política pública de inclusão social quanto uma política pública de segurança prévia, aborda o reconhecimento de direitos dos jovens por meio da inclusão deste grupo de vulneráveis em

para valorização do tratamento destinado aos jovens a partir da noção de cidadania, direitos humanos e inclusão social.

No caso específico da política pública de aprendizagem, nota-se a preocupação jurídica de proporcionar a ampliação dessa garantia jurídica para a totalidade de sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento.

Para Ferrajoli (2008), o constitucionalismo é um paradigma para o futuro, na medida em que os direitos fundamentais devem ser concretizados, ou seja, não basta estarem simplesmente inseridos no texto constitucional, é crucial que tais direitos sejam, e possam ter a potencialidade de ser, efetivados.

Assim, a ampliação do grupo vulnerável destinatário da política pública de aprendizagem, bem como o alargamento dos efeitos práticos proporcionados por essa política pública ativa de inserção ao mercado laboral são medidas essenciais em uma ordem constitucional, social e garantista de direitos, considerando-se o princípio da máxima efetividade possível do texto constitucional, pois “o postulado da efetividade máxima possível se traduz na preservação da carga material que cada norma possui, e que deve prevalecer não sendo aceitável sua nulificação nem que parcial” (BASTOS, 2014, p. 128).

Nesse contexto, o questionamento no sentido observar se a política pública de aprendizagem se trata de uma política pública de inclusão-excludente suscita uma reflexão necessária, principalmente em um cenário laboral brasileiro onde “a idade de entrada no mercado de trabalho é fortemente marcada pelas desigualdades sociais” (ABRAMO, 2014, p. 10).

E tais desigualdades sociais verificadas estão nitidamente relacionadas ao fato de que realmente existem duas juventudes, conforme sustenta Bourdieu (2003), tendo em vista que enquanto “jovens de baixa renda: mais afetados pelo desemprego e piores condições de trabalho, muitas vezes sem completar o Ensino Fundamental” (ABRAMO, 2014, p. 10) observa-se que os jovens com condição de renda mais elevada “tendem a ser menos afetados pelo desemprego e encontrar melhores empregos” (ABRAMO, 2014, p. 10).

Fomenta-se a discussão reflexiva quando se busca identificar qual o público populacional jovem destinatário da política pública de aprendizagem, que

programas sociais de prevenção à violência(a exemplo do programa atleta cidadão, tendo como exemplo o fomento à atividades esportivas, com a pretensão de proporcionar a ascensão social.

efetivamente cumpre os requisitos para inserção dessa política pública, na medida em que a legislação determina a escolaridade, tanto como forma de ingresso como de manutenção à política de aprendizagem. A pergunta a fazer é a seguinte: E a juventude que não encontra-se inserida no contexto escolar, mas que necessita trabalhar, por uma questão de necessidade, como fica essa realidade?

Assim, o que se verifica é um verdadeiro ciclo vicioso, na medida em que o jovem, sem grau de escolaridade mínimo (apesar da idade prevista na legislação pelo critério etário), continua sem oportunidade de inserção profissional e, por outro lado, verifica-se um mercado de trabalho inefetivo, na medida em que não atende à previsão normativa da cota de jovens aprendizes em seus quadros funcionais – é preciso desvelar o mito da universalidade do direito à profissionalização. Nem todos os jovens encontram-se em condições de atender os requisitos da legislação. E isso, diante dessa reflexão, é um indicativo do caráter excludente desta política pública proposta com caráter inclusivo.

Ao que parece, reconhecer a existência de juventudes, na concepção plural e heterogênea, indica-se como um caminho para buscar a efetiva inclusão à referida política pública.²¹

Com base na teorização acerca da juventude, feita por Bourdieu (2003), acusando a existência de universos sociais diferentes que são inseridos numa mesma conceituação, o que caracteriza uma invisibilidade de uma parcela do grupo social vulnerável, é possível compreender que esses universos diferentes, e distantes, não são sequer abrangidos pela legislação brasileira. E com isto, com base na concepção que se desenvolve o presente estudo, o ordenamento jurídico atual parece não somente indicar, mas também legitimar, infelizmente, uma política pública inclusiva de natureza prática excludente, na medida em que a proteção integral e o direito à profissionalização não se encontra destinado à totalidade dos indivíduos integrantes do segmento social vulnerável, que é a juventude.

²¹ Em recente alteração legislativa, por meio do Decreto nº 8.740, do ano de 2016, a aprendizagem passou a conferir prioridade à inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como: a) adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas; b) jovens em cumprimento de pena no sistema prisional; c) jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda; d) jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional; e) jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil; f) jovens e adolescentes com deficiência; g) jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; h) jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

Diante disso, a proposta que se apresenta, neste estudo, é refletir sobre a normatividade referente à profissionalização do jovem, com o escopo de indicar a viabilidade da existência de uma ferramenta normativa, mais especificamente através da teoria do direito, que possibilite conferir visibilidade, também, para a juventude que está à margem do direito à profissionalização e qualificação educacional.

Para tanto, entende-se que somente partindo da premissa de Bourdieu (2003) é que se pode-se garantir com efetividade o direito à profissionalização ao jovem à luz da teoria do garantismo jurídico de Ferrajoli (2008), que visa “assegurar el máximo grado de efectividad a los derechos constitucionalmente reconocidos” (FERRAJOLI, 2008, p. 35).

E por direitos fundamentais, o garantismo jurídico de Ferrajoli (2008) entende que são “[...] aquellos derechos universales y, por ello, indispensables e inalienables, que resultan atribuídos directamente por las normas jurídicas a todos en cuanto personas, ciudadanos o caces de obrar” (FERRAJOLI, 2008, p. 61).

Se, portanto, os direitos fundamentais, são destinados a todas as pessoas, nota-se que o direito fundamental à profissionalização deve, sem dúvida, ser destinado à totalidade de humanos em condição de desenvolvimento. Ou seja, não se justifica a exclusão, sob nenhuma hipótese.

Nesse ponto, o grande entrave consiste em realizar um diálogo entre a necessidade de escolarização e a efetivação do direito social fundamental. Nesse contexto, compreender que “hoy el gran desafío que se le plantea a la democracia es el generado por la desigualdad” (FERRAJOLI, 2008, p. 37) parece ser uma alternativa possível para repensar o instituto da aprendizagem, com o escopo de buscar a sua máxima efetividade a todos os jovens.

4. ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE APRENDIZAGEM NO ESTADO DE SERGIPE NO BIÊNIO 2016-2017

Uma coisa é proclamar um direito – seja em uma declaração, convenção ou qualquer outro instrumento normativo de âmbito internacional, bem como em um ordenamento jurídico sustentado pela principiologia do constitucionalismo – outra

coisa, completamente diferente, é desfrutar efetivamente esse direito. (BOBBIO, 2004, p. 9).

A efetividade está inserida no plano da concretude sóciojurídica, consiste em ser a materialização fática da expressão normativa.²²

E para conferir efetividade, entende-se que a teoria do garantismo jurídica seja a melhor alternativa, diante do constitucionalismo contemporâneo, tendo em vista que propõe-se o afastamento entre o direito e a moral (FERRAJOLI, 2011a), enquanto concepção de sistema de justiça.

A expressão “garantias” consiste em ser “una expresión del léxico jurídico com la que se designa cualquier técnica normativa de tutela de um derecho subjetivo” (FERRAJOLI, 2008, p. 60). Essa concepção ampla do significado da expressão “garantias” é recente, visto que o entendimento jurídico de “garantia” era costumeiramente associado à noção de cumprimento de obrigações e defesa dos direitos patrimoniais. (FERRAJOLI, 2008, p. 60-61).

Nessa perspectiva de verificar a efetividade do direito à profissionalização, no Estado de Sergipe, torna-se crucial analisar os dados quantitativos oficiais de inserção de jovens.

Para tanto, serão analisados os dados referentes ao biênio 2016-2017, pelo fato de ser o lapso temporal mais recente, o que demonstra a relevância do trabalho, tendo em vista a pertinência social da matéria e atualidade temporal da reflexão doutrinária, bem como pelo fato deste referido biênio ser o período em que houve, em âmbito nacional, uma considerável diminuição do quantitativo de inserção de jovens no mercado de trabalho brasileiro, conforme mencionado.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, órgão responsável por realizar a fiscalização, *in loco*, do cumprimento da cota obrigatória referente à inserção dos jovens aprendizes, em âmbito nacional, a meta de contratação de jovens aprendizes foi superada em 10 (dez) Estados do país, tendo sido inseridos, 83.646 (oitenta e três mil seiscentos e quarenta e seis) jovens aprendizes, deste cenário o Espírito Santo foi o Estado com maior número de contratações, com

²² Por entender que, no presente artigo, seja por uma questão de limitação de espaço seja por uma questão de pertinência proposta pelo presente Seminário, relacionado à área da Sociologia, entende-se que não cabe o aprofundamento da diferenciação jurídica acerca de efetividade e eficácia, em que pese se reconheça a celeuma jurídica. Assim, remete-se o leitor às obras de alguns constitucionalistas, como Silva (2014; 2012), Neves (1994) e Barroso (2002).

4.581(quatro mil quinhentos e oitenta e um) jovens (BRASIL, 2016) inseridos no mercado de trabalho.

No Estado de Sergipe, em 2016, a realidade também foi positiva, na medida em que a meta estabelecida foi a inserção de 1.034 (um mil e trinta e quatro) jovens no mercado de trabalho, tendo sido inseridos o quantitativo de 1.681 (um mil seiscentos e oitenta e um) jovens aprendizes, realidade esta que totaliza o percentual de 162% (cento e dois por cento) de cumprimento da meta estabelecida.

Percebe-se, portanto, que em 2016, no Estado de Sergipe, houve uma inserção maior de aprendizes no mercado de trabalho, o que possibilita compreender que a política pública de aprendizagem foi efetiva neste ano, no tocante ao cumprimento da cota obrigatória, possibilitando a garantia do direito à profissionalização da juventude, por meio da inserção no processo de qualificação profissional.

Ainda no ano de 2016, a meta para a realização de ações fiscais encerradas com resultado em aprendizes adolescente era o quantitativo de 600 (seiscentos), porém apenas 447 foram realizadas, o que totaliza um percentual de 72,83% (setenta e dois vírgula oitenta e três por cento), sendo que destas comente 04 (quatro) resultaram na prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Entretanto, no ano de 2017, a meta estabelecida para a inserção de aprendizes em Sergipe foi o quantitativo de 1.137 (um mil, cento e trinta e sete) jovens no mercado de trabalho, tendo sido inseridos o quantitativo de 711 (setecentos e onze) aprendizes, o que proporciona um montante estatístico de 62 % (sessenta e dois por cento) do cumprimento da meta estabelecida.

Nota-se, com isso, que a realidade do ano de 2017 foi bastante insuficiente em relação ao ano de 2016, na medida em que houve um considerável declínio no quantitativo de inserções de aprendizes.

Essa realidade insuficiente pode ser considerada por diversos fatores, dentre eles: a) possível carência de estrutura física e logística para atender à demanda da meta, na medida em que, em Sergipe, ainda verifica-se um número não expressivo de auditores fiscais do trabalho em comparação com a quantidade de empresas e demandas de fiscalizações; b) possível regularidade das empresas que foram destinatárias de fiscalizaram, o que muito provavelmente não parece ser uma compreensão razoável, visto que as empresas que destinatárias de fiscalização são

previamente inseridas numa lista elaborada pelo Ministério do Trabalho, com base em denúncias ou realidades fáticas que muito provavelmente evidenciam irregularidades no âmbito da relação de trabalho; c) possível interferência da disponibilidade do quantitativo de vagas em anos anteriores, porque o período de aprendizagem é de 02 (anos) e, muito provavelmente, em anos subsequentes, caso não haja o aumento da demanda de vagas, a meta prevista não pode ser cumprida, pois as vagas já estariam previamente preenchidas por aprendizes com os contratos em andamento; d) Há, ainda, a possibilidade de alegação empresarial de rigidez em relação à formalidade contratual do aprendiz, haja vista que a legislação confere requisitos mais resistentes à extinção da relação contratual em comparação com uma atividade empregatícia comum. Ocorre que, faz-se necessário compreender que tais requisitos contratuais – que possivelmente podem ser considerados formais – possibilitam basicamente a materialização da diferenciação técnico-formal da relação de aprendizagem.

Apesar de possivelmente existirem esses fatores sociais (itens “a”, “b” e “c”) e sóciojurídico (item “d”), que eventualmente podem ter contribuído – ainda que de maneira indireta – no preenchimento das vagas, o fato é que, houve considerável redução da inserção de aprendizes no mercado de trabalho sergipano e tal realidade acaba agravando o atual cenário de crescente desemprego que atinge os jovens (IPEA, 2017), principalmente, com idade para ingressarem na política pública de aprendizagem, conforme já mencionado.

Esse movimento de oscilação em relação ao quantitativo deve ser compreendido como reflexo da dificuldade de inserção laboral no mesmo período independente de idade e política pública, haja vista a crise financeira instaurada. Assim, tem-se como preocupante esse não-cumprimento do número de inserção de aprendizes, na medida em que pode colocar em risco a credibilidade social e o prestígio da referida política pública.

Torna-se, primordial, portanto, estabelecer mecanismos para buscar a efetividade da política pública de aprendizagem, mesmo em momentos em que a economia se encontra em crescimento desfavorável.

Para tanto, sustenta-se que a interiorização da fiscalização do Ministério do Trabalho se faz necessária, com o objetivo de proporcionar o combate ao trabalho

infantil e o consequente estímulo à profissionalização em regiões territoriais distantes dos órgãos de tutelas trabalhistas.

Ademais, faz-se necessário popularizar, cada vez mais, a política pública de aprendizagem, bem como a sua função social, pois sabe-se que, ainda hoje a “Lei que determina a contratação de aprendizes pelas empresas ainda é pouco conhecida” (BRASIL, 2010).

Além disso, entende-se que é importante reforçar a fiscalização, conferindo melhor estruturação do MTE, tanto no sentido de qualificação profissional, por meio da inserção de mais auditores nessa área de atuação, bem como no sentido de valorização profissional, com o escopo de proporcionar independência funcional e autonomia em caso de eventual atuação em empresa que esteja descumprindo a cota mínima.

O Brasil estabelece como meta, até o ano de 2019, a inserção de 1,7 (um vírgula sete) milhão de aprendizes no mercado de trabalho brasileiro (BRASIL, 2015). Esta referida meta está relacionada, muito provavelmente, com o reflexo da visibilidade que almeja-se conferir à temática relacionada à qualificação profissional da juventude em um futuro próximo.

Nesse sentido, a atuação profissional do Ministério do Trabalho, por meio da fiscalização exercida através dos auditores do trabalho, possui crucial relevância social em busca da efetivação do direito à profissionalização, e da consequente garantia de direitos previdenciários e trabalhistas, pois a grande maioria das empresas não cumpre a cota mínima de forma espontânea, conforme verificou-se.

É preciso, portanto, que haja a cada vez mais a discussão sobre a política pública de aprendizagem, tendo em vista que é necessário compreender que o Brasil ainda está distante de concretizá-la efetivamente, de forma ampla e satisfatória em todo o território nacional, haja vista a dimensão territorial e diversidade cultural.

Com base nos dados apresentados, é possível notar que há um avanço no tocante à esta busca pela efetividade da política pública de aprendizagem, mas que, com a articulação e mobilização dos agentes sociais envolvidos – jovem, empresa e Estado – espera-se que os resultados de inserção ao mercado de mercado e o respeito ao direito fundamental à qualificação profissional sejam mais satisfatórios em um futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente buscou conferir maior visibilidade a esta sensível temática jurídico-social, que atualmente encontra-se negligenciada, tanto pelo espaço acadêmico quanto pela sociedade civil.

Por meio da análise da inserção do quantitativo de jovens aprendizes, no Estado de Sergipe, dentro do lapso temporal compreendido entre o biênio 2016-2017, pretende-se fomentar a análise crítica e o diálogo social, por meio de diversos atores: sociedade civil, ambiente científico, empresas, organismos estatais e a juventude, com o escopo de buscar proporcionar ampla efetividade ao direito fundamental à profissionalização.

Compreender a política pública de aprendizagem como a principal ferramenta não somente de combate ao trabalho infantil, mas também como uma efetiva política pública ativa de inserção profissional da juventude, de forma digna e decente, no ambiente de trabalho, é uma importante estratégia para garantir, com base na percepção do garantismo jurídico sustentado por Ferrajoli (2008), o direito fundamental à profissionalização do jovem.

Nessa toada, a conclusão para a problematização levantada na introdução do presente artigo é no sentido de que, no Estado de Sergipe, a política pública de aprendizagem está possuindo efetividade jurídico-social, ainda que de maneira oscilatória. Entretanto, tal déficit de inserção de aprendizes, como o que ocorreu no ano de 2017, pode ser compreendido por meio de possíveis fatores que não necessariamente estão diretamente relacionados com a legislação e a referida política pública ativa de emprego, mas que merecem uma reflexão.

Ademais, sustenta-se que uma possível alternativa teórica para potencializar tal efetividade do direito à profissionalização do jovem é compreender a juventude sob a concepção de Bourdieu (2003), com o objetivo de reconhecer a existência das amplas e heterogêneas concepções sociológicas de juventude no conceito etário, adotado pela legislação pátria, para poder buscar a efetividade da política pública de aprendizagem, com a finalidade compreender as diferentes realidades da juventude nos diversos espaços e segmentos da sociedade.

Por fim, dentre as propostas apresentadas, enfatiza-se que é primordial proporcionar a interiorização da política pública de aprendizagem, em âmbito

nacional, do mesmo modo em que torna-se salutar reconhecer que a atuação profissional do Ministério do Trabalho, por meio da fiscalização exercida através dos auditores do trabalho, possui crucial relevância social em busca da efetivação do direito à profissionalização e da consequente garantia de direitos previdenciários e trabalhistas, pois a grande maioria das empresas não cumpre a cota mínima de forma espontânea.

Além disso, salienta-se que a discussão sobre a política pública de aprendizagem é essencial, tanto pela perspectiva jurídica quanto pela concepção social, motivo pelo qual é preciso fomentar a visibilidade dos direitos do jovem na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porto Alegre 29 de abril. 2014.

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p. 37-72

BARROSO, L. R. **Direito Constitucional e efetividade de suas normas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BASTOS, C. R. **Hermenêutica e Interpretação Constitucional**. 4ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. Lei que determina a contratação de aprendizes pelas empresas ainda é pouco conhecida. **Governo do Brasil**, 11 Fev 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/02/lei-que-determina-a-contratacao-de-aprendizes-pelas-empresas-ainda-e-pouco-conhecida>>. Acesso em: Mar 2018.

BRASIL. 1,7 milhão de aprendizes serão incluídos no mercado de trabalho até 2019. **Governo do Brasil**, 13 Ago 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/ministerio-do-trabalho->

pretende-inserir-1-7-milhao-de-aprendizes-no-mercado-de-trabalho/12-08-evento-aprendiz-site-kb-9-copia.jpg/view>. Acesso em: 26 Mar 2018.

BRASIL. Meta de contratação de aprendizes é superada em dez Estados. **Governo do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/10/meta-de-contratacao-de-aprendizes-e-superada-em-dez-estados/@_@nitf_galleria>. Acesso em: 25 Mar 2017.

BUSSINGUER, M. D. A. **Política pública de inclusão social: o papel do direito do trabalho**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2010.

COURSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G. **A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na RAIS**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília. 2016.

CRUZ, R. R. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto**. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación, Editora Norma: 2003.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O., et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 155-178.

DELGADO, M. G.; DELGADO, G. N. **Constituição da República e Direitos Fundamentais**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017a.

FÁVERO, O. et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília : UNESCO: MEC, ANPEd, 2007.

FERRAJOLI, L. **Direito e razão: Teoria do Garantismo Penal**. Tradução de Ana Paula Zomer Sica; Fauzi Hassan Choukr, et al. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAJOLI, L. **Democracia y garantismo**. Madrid: Trotta, 2008.

FERRAJOLI, L. **Por uma teoria dos direitos e bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

FERRAJOLI, L. Constitucionalismo principialista y constitucionalismo garantista. **DOXA. Cuadernos de Filosofía del Derecho**, Madrid, 2011a. Universidad de Alicante, Tradutor: Nicolás Guzmán, n. 34, p. 15-53.

FERRAJOLI, L. Constitucionalismo garantista e neoconstitucionalismo. **Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba/PR, 2011b. 95-113. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista3/anaiscompletos.pdf>>. Acesso em: Novembro 2017.

GADEA, C. A. et al. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto

Alegre – RS. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, no 45, mai/ago 2017. p. 258-299. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/56955/42669>>.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO CIDADANIA. Perfil da juventude brasileira. São Paulo: Criterium Assessoria em Pesquisa., 2003. 1-93 p. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/perfil_juventude_brasileira.pdf>. Acesso em: 12 Mar 2018.

IPEA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Ministério do Trabalho, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63.pdf>. Acesso em: 02 Abr 2018.

KELLER, W. **O direito ao trabalho como direito fundamental**: instrumentos de efetividade. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

LAMEIRAS, M. A. P.; CARVALHO, S. S. D. Mercado de Trabalho. **Carta da Conjuntura**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, nº 36. 3º Trimestre 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170914_cc36_mercado_de_trabalho.pdf>.

MADEIRA, L. M.; ENGELMANN, F. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jan./abr 2013. p. 182-209. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/08.pdf>.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NEVES, M. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

OIT. **Tendencias mundiales del empleo juvenil: Una generación en peligro**. Organização Internacional do Trabalho. Genebra. 2013.

OIT. **tendencias mundiales del empleo juvenil 2017**. Organização Internacional do Trabalho: caminos hacia un mejor futuro laboral. Genebra. 2017.

OLIVEIRA, L. **Manual de Sociologia Jurídica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PINHEIRO, A. D. S. Políticas Públicas em Direitos Humanos aos Adolescentes em Condição de Vulnerabilidade: O Programa Atleta Cidadão. In: IX. Encontro da ANDHEP - Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas. 2016. **Anais eletrônicos. GT06 - Proteção e Defesa dos Direitos**

Humanos: Crianças e Adolescentes, Vitória (ES), 2016. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.andhep2016.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNDoiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjM6IjQ2Nil7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOil4ZmlyNGYzOGEyNTQ2NTVhZDA2ODJjMWExMjdlYjI1YyI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 10 Mar 2018.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

POPPER, K. R. **A lógica das ciências sociais**. Tradução de Estevão de Rezende Martins; Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho e Vilma de Oliveira Moraes e Silva. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ROMÃO, L. F. D. F. **A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Almedina, 2016.

SÁ, E. R. D.; GRACIOLI, M. M. **Políticas Públicas de Qualificação Profissional para a Juventude**: a Escola SENAI 'Márcio Bagueira Leal' como agente de execução de cursos de aprendizagem industrial. In: I Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. Franca: Anais Eletrônicos - I SIPPEDES. 2014. p. 1-12.

SANTANA, J. V. P.; OLIVEIRA, I. M. **Constitucionalização do Direito Privado**: Assédio Processual como entrave ao efetivo acesso à justiça laboral. In: Congresso Internacional de Estudos Jurídicos: Constituição, Democracia e Trabalho, 2016, Aracaju. Direitos Humanos do Trabalhador, 2016.

SANTOS, B. D. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Oficina do CES. nº135, 1999. 1-61 p. ISBN 135. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em: 01 Abr 2018.

SANTOS, B. D. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. A. D. **Direito Constitucional Positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

SILVA, J. A. D. **Teoria do Conhecimento Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, L. V. A. D. O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais. In: SOUZA NETO, C. P. D.; SARMENTO, D. **Direitos sociais**: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécies. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 587-599.

SPOSATO, K. B; SILVA, L. A. M. G. **Curso Justiça e Práticas Restaurativas**. Eixo I - Abordagens Interdisciplinares Sobre Resolução de Conflitos. 2016. Disponível em:

<ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Justica_Praticas_Restaurativas/Eixo_01/EixoI-AbordagensInterdisciplinaresSobreResolucao_de_Conflitos.pdf> Acesso em Mar. 2018.

SPOSATO, K. B. Constitucionalização do Direito da Criança no Brasil como barreira à redução da idade penal.. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, 80, 2009. 80-118.

SPOSATO, K. B. Juventude: da invisibilidade à redução da maioridade penal. In: REPÚBLICA, B. P. D. **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. p. 179-187.

SPOSATO, K. B. **Direito Penal de adolescentes**: Elementos para uma teoria garantista. São Paulo: Saraiva, 2014.

SPOSATO, K. B. Criança, democracia e neoconstitucionalismo no Brasil. **Revista Diké - Mestrado em Direito**, São Cristóvão, v. 4, 2015. 157- 180.